

PANDORA PAPERS, O QUE TEM ANGOLA A VER COM ISSO?

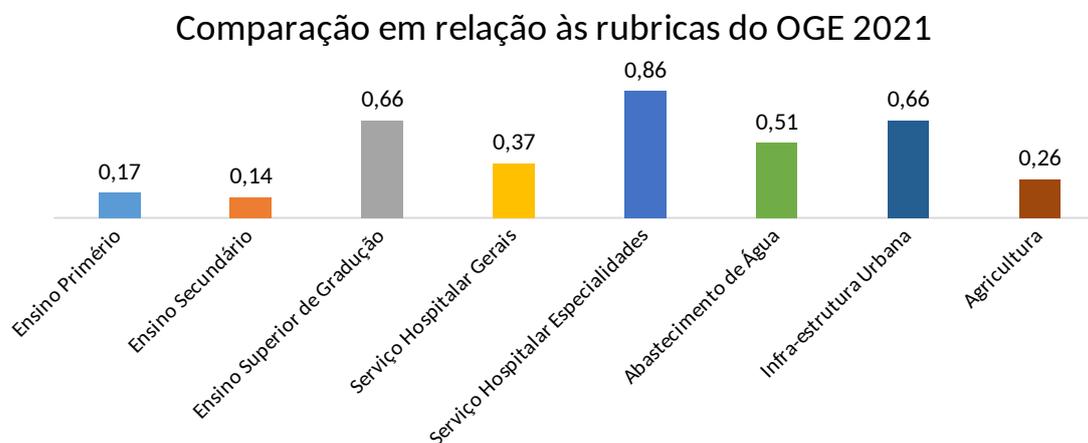
Fomos tomados de assalto, no início do mês de Outubro, pelo escândalo que abalou toda geografia política, com a divulgação de nomes de políticos e pessoas de influências económica e política que detêm património financeiro em paraísos fiscais. Mal não fosse se os citados não pertencessem às mais altas esferas do universo político das sociedades.

Ou seja, justamente aqueles que deveriam velar pelo bem-estar colectivo são os que não só detêm fortunas, mas também as detêm no exterior, em residências fiscais cuja tributação é questionável, ao passo que aos trabalhadores e membros da classe média, sequer lhes é garantido a possibilidade de acumular tamanho capital financeiro, devido a certas políticas draconianas levadas a cabo por boa parte daqueles que, hoje, estão na linha de frente de governação de certos países, ou pelo menos em condições de a influenciar.

Como perceber/digerir tamanho escândalo se aqueles que, supostamente, em nome da nação, deviam agir em nome do povo, têm as suas poupanças, em geografias onde o processo tributário é menos rigoroso quando comparado com as geografias nas quais detêm influência são.

Mas, existe algum erro em deter poupanças no exterior? Não, jamais! Mas, o erro reside no facto de que aquelas poupanças não rendem quaisquer benefícios para as populações governadas pelos citados no escândalo dos Pandora Papers, pois, por encontrarem-se localizados em paraísos fiscais, ou nada pagam em impostos, ou, caso paguem, não o fazem na devida proporção (supostamente justa) que os mesmos definiram.

Atemo-nos aos números revelados. Dos 9 angolanos citados (não interessa-nos saber quem são), se pelo menos detiverem 10% do total do que a OCDE estimou num estudo realizado no ano de 2020, como sendo o montante alocado em *offshore*, estimados em pelo menos 11,3 mil milhões de dólares norte americanos; se estimarmos que o selecto “gang dos 9” detêm uns míseros 10% daquele total, Angola perdeu no mínimo, aproximadamente, 113 milhões de dólares só em impostos relacionados com aplicações financeiras. Valor este que, se comparado com certas rubricas do OGE, certas vergonhas tornam-se sonantes!



Fonte: OGE 2021

Se compararmos, convertido ao câmbio do dia 07/10/2021, publicado oficialmente pelo BNA, em kwanzas, a receita potencial seria superior às seguintes despesas: Ensino Técnico-profissional, Ensino Superior de Pós-Graduação, Despesas com relação à Protecção Social para as Famílias e Infância, Despesas com relação à Protecção Social para a Velhice, Despesas com relação à Protecção Social para o Desemprego, Despesas com relação ao Desenvolvimento Habitacional, Despesas com relação a Iluminação das Vias Pública, Despesas com relação ao Saneamento Básico, Despesas com relação a Protecção Ambiental; e noutras despesas parte percentualmente significativa como por exemplo: Ensino Primário (17%), Ensino Secundário (14%), Ensino Superior de Graduação (66%), Serviço Hospitalar Gerais (37%), Serviço Hospitalar de Especialidade (86%), Abastecimento de Água (51%), Infra-estrutura Urbana (66%), Agricultura (26%).

Ao fim e ao cabo, os Pandora Papers demonstram como o combate às desigualdades económicas e sociais enfrentam um problema de “morte encefálica” pois, embora tudo pareça estar bem, pelo menos através das reformas que os governos que lideram aquelas geografias demonstram, mas, nas entranhas do sistema económico, nada ou quase nada é alterado e a irreversibilidade do cenário parece ser cada vez mais real.

A luta contra as desigualdades económicas e sociais nunca foram tão discutidas como nos dias de hoje, principalmente entre as elites políticas e económicas, mas, assim como a inércia registada nas matérias ligadas às alterações climáticas, as discussões sobre as desigualdades seguem igual encaminhamento.

Em especial para a Economia Angolana, quais seriam os benefícios da tributação daqueles rendimentos sediados em paraísos fiscais? O financiamento dos programas de combate a pobreza são uma resposta que surge logo na ponta da língua. Fica clara a nossa resposta quando analisamos os números do Kwenda, pois, com este programa, são assistidas em Angola, um total de 1608 000 Agregados Familiares que, mensalmente recebem por parte do Governo, uma quantia que varia entre 5 000 a 8 500 kwanzas.

Todavia, as soluções não param por aí, com tamanha receita, poderíamos acelerar o aumento da capacidade económica (produtiva), social (infra-estuturas) pedagógica (formação), como por exemplo, no financiamento do PIIM, no reforço ao Ensino de Base, Médio e Superior, no igual reforço às despesas relacionadas à saúde, entre outros.

Contudo, é necessário relembrar que, todas as tentativas/medidas de combate à corrupção levadas à cabo pelo Executivo devem ser vistas e tidas como um bem para a nação e, sou de opinião que, comparadas às receitas petrolíferas, as potenciais receitas obtidas no âmbito do combate à corrupção em Angola, constituem uma fonte inesgotável de obtenção de recursos financeiros para o País.

É mister combater todas as lacunas jurídicas que existem e permitem a evasão fiscal e, nesta senda, o Banco Nacional de Angola deve aproveitar e gozar de sua independência junto do Governo e assumir protagonismo e definir todas as balizas necessárias para que o jogo não aconteça sem que as regras sejam cumpridas por todos os intervenientes. Reiteramos que, não somos contra a aplicação de rendimentos no exterior, mas sim contra o uso de tal prática como forma de evadir-se fiscalmente, sendo que aos governados não lhes é garantido o mesmo directo.

O escândalo dos Pandora Papers, que sucede ao do Panamá Papers são prova irrefutável de que o sistema financeiro mundial ainda permite falhas que, ao nosso ver, devem ser vistas como inadmissíveis e que os sistemas financeiros nacionais são coniventes com tais actos hediondos. A necessidade de se obter maior robustez jurídica não pode ser vista como um entrave ao livre mercado mas sim como uma medida cautelar contra escândalos semelhantes a estes que acabaram de chocar o mundo.